

Sumario

PRÓLOGO

A obra e o homenageado. João Bosco Coelho Pasin	17
--	----

PREFÁCIO

Ângela Vidal da Silva Martins e Ives Gandra da Silva Martins	23
--	----

PRESENTACIÓN

Marcos Sacristán, colega y amigo. Jesús Quijano González ..	27
--	----

ESTUDO PRELIMINAR

Da necessidade da implementação de um marco regulatório para o grafeno. Armando Luiz Rovai e Paulo Sérgio N. Salles Jr.....	37
1. Motivos para a criação de um Marco Regulatório para o Grafeno	37
2. Dos objetivos do marco regulatório	40
3. Da tecnicalidade do marco regulatório.....	41
4. Conclusão	44
5. Referências	45

PARTE I. MARCO REGULATORIO (MARCO REGULATÓRIO)

CAPÍTULO I

El programa de la Unión Europea sobre el grafeno: graphene flagship. Miguel Ángel González Iglesias	49
--	----

1.	Introducción.....	49
2.	El Progama Marco Europeo para la investigación y la innovación: Horizonte 2020	52
3.	Graphene Flagship	64

CAPÍTULO II

El fomento de la investigación española en grafeno. M^a

Ángeles González Bustos	71	
1.	Estado de la cuestión	71
2.	El marco jurídico Español de Investigación e Innovación ..	73
3.	Los ítems de la investigación en Grafeno. Líneas de investigación	82

CAPÍTULO III

La regulación de la producción de grafeno. Daniel Terrón

Santos	89	
1.	Introducción.....	89
2.	Derecho y nuevos materiales	92
3.	El régimen jurídico de los minerales	93
4.	La necesaria perspectiva ambiental	97
5.	La importancia de la economía circular	99
6.	Breve referencia a la normativa específica en función de sus aplicaciones.....	105
7.	Conclusión	107
8.	Bibliografía	108

CAPÍTULO IV

A era do grafeno: Estado, inovação e políticas públicas.

João Bosco Coelho Pasin e Hélcio de Abreu Dallari Jr.	111	
1.	Introdução.....	112
2.	Do conceito técnico-científico de grafeno	114

3.	Do conceito jurídico-legal de grafeno	117
4.	Encaminhando o futuro do grafeno	123
5.	Conclusões	132
6.	Referências	134

CAPÍTULO V

Grafeno: aspectos evolutivos. Marcelo Borghi Moreira da Silva..	137	
1.	Do grafeno e do desenvolvimentismo nacional	138
2.	Emenda constitucional	141

CAPÍTULO VI

Pesquisa Mackgraphe com «matéria-prima» mineral. Necessidade de lege ferenda. Evandro Fabiani Capano	147	
Introdução.....	147	
1.	A Legislação Aplicável à Pesquisa com Minerais.....	148
2.	Lei Específica sobre o Grafite/Grafeno	150
3.	Conclusão	153
4.	Referências	154

CAPÍTULO VII

A viabilidade de um marco regulatório para o grafeno no Brasil: as implicações concernentes sob o prisma da ciência, tecnologia e inovação e o estudo comparado com o Reino Unido. Renato Augusto de Almeida.....	155	
Introdução.....	155	
1.	Aspectos Iniciais sobre o Grafeno e a Questão da Competitividade Brasileira para Avançar no Estudo do Material e na Competitividade Internacional Tecnológica	156
1.1.	Os discursos dos professores doutores Eunézio Antônio de Souza e Leila Figueiredo de Miranda quanto às perspectivas no estudo do grafeno	159

2.	A Competitividade pela Patente do Grafeno nos Dias Atuais e a Questão do Reino Unido, segundo o Professor Doutor John Lang	160
2.1.	As tratativas no parlamento do Reino Unido para a otimização do uso do grafeno e o potencial impacto de uma política voltada à ciência, tecnologia e inovação..	161
3.	A Questão Brasileira Ligada à Nanotecnologia e o Direito à Ciência, Tecnologia e Inovação Insculpidos na Emenda Constitucional nº 85 de 2015. As Diretrizes para a Criação de um Marco Regulatório da Nanotecnologia	164
3.1.	O direito à inovação sob o aspecto da Emenda Constitucional nº 85 de 2015.....	165
3.1.1.	O Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação Através das Universidades e/ou Instituições Tecnológicas face às Recentes Alterações do Texto Constitucional	166
3.1.2.	A Excepcionalidade Constitucional para o Remanejamento de Recursos no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação	167
3.1.3.	A Concorrência de Competências Dentro do Âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação e Viabilidade para a Criação de um Marco Regulatório para o Grafeno através do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)	169
3.2.	O atual estágio brasileiro quanto à criação de um marco regulatório para a nanotecnologia	170
4.	Conclusão	173
5.	Bibliografia	174

CAPÍTULO VIII

Nanotecnologia e nanomateriais: condições jurídicas, econômicas e o potencial brasileiro. Eduardo Altomare Ariente...

177

Introdução.....	177
1. Ciência e pesquisa em grafeno e nanomateriais.....	178
2. Perspectivas da nanotecnologia e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.....	184
3. Panorama da regulação da nanotecnologia no Brasil	190
4. Conclusões	196
5. Referências	197

CAPÍTULO IX

La política de la Unión Europea en materia de nanotecnología. Dionisio Fernández de Gatta Sánchez y Paula Fernández de Gatta Pérez	201
1. Aspectos generales de la nanotecnología y del grafeno	201
1.1. Breve historia de la nanotecnología.....	203
1.2. El grafeno: historia, importancia y relación con la nanotecnología.....	214
2. La política de la Unión Europea sobre nanotecnología.....	218
2.1. Investigación, desarrollo e innovación en la Unión Europea	218
2.2. La política en materia de nanotecnología de la Unión Europea	221
2.2.1. El inicio de la Política sobre Nanotecnología..	221
2.2.2. El Plan de Acción Europeo sobre Nanociencias y Nanotecnologías 2005-2009	225
2.2.3. Los aspectos reglamentarios de los nanomateriales	232
2.2.4. Las Recomendaciones de la Comisión sobre un código de conducta para una investigación responsable de 2008 y sobre la definición de nanomaterial de 2011	236

2.2.5. Otros documentos complementarios en materia de Nanotecnología	241
--	-----

PARTE II. PROPIEDAD INTELECTUAL (PROPRIEDADE INTELECTUAL)

CAPÍTULO X

As crescentes ‘demandas’ por grafeno. Fábio Ulhoa Coelho e Nathalia Mazzonetto	247
1. Grafeno –a ‘menina dos olhos’ da indústria tecnológica contemporânea.....	247
2. Desenhando a melhor forma de solucionar conflitos no contexto de inovação.....	257
3. Desafios do uso dos ADRs para resolução de conflitos de patentes.....	262
4. Questões que podem ser mais bem dimensionadas no universo de resolução de conflitos consensual no cenário brasileiro	264
5. Referências bibliográficas.....	266

CAPÍTULO XI

O grafeno e a atuação estatal para o seu desenvolvimento: a propriedade industrial como instrumento. Felipe Cesar José Matos Rebêlo e Diego Monteiro de Arruda Fortes	269
Introdução.....	269
1. O grafeno e a sua aplicação.....	271
1.1. Grafeno e seus principais métodos de produção	273
1.2. O grafeno no Brasil.....	276
2. O Estado no papel de incentivador da inovação tecnológica	278
3. A propriedade industrial como instrumento de inovação...	281

4.	Conclusão	283
5.	Referências	284

CAPÍTULO XII

Compra Pública Innovadora: un marco jurídico para el despliegue de las tecnologías y productos del grafeno.

Marcos M. Fernando Pablo	285	
1.	Introducción: como nació la llamada compra pública innovadora (<i>Public Procurement of Innovative Solutions</i> , PPI).....	285
2.	El marco actual de al compra pública innovadora en cuanto contrato. Una referencia al Reino de España	292
3.	La asociación para la innovación como último desarrollo contractual	299

CAPÍTULO XIII

A aplicação do grafeno no esporte.

Victor Targino de Araujo ..	303	
1.	Introdução.....	303
2.	Futebol.....	304
3.	<i>Big-Four</i>	307
4.	Automobilismo	310
5.	Demais modalidades.....	312
6.	Conclusão	314
7.	Referências Bibliográficas.....	315

CAPÍTULO XIV

O uso do grafeno na produção de próteses: contributos tecnológicos para a mobilidade e fortalecimentos dos direitos de desenvolvimento de crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais no Brasil.

Michelle Asato Junqueira; Andrea Boari Caraciola e Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci

317

1.	Introdução.....	318
2.	Grafeno: conceitos e aportes introdutórios.....	319
3.	Grafeno para uso em implantes e próteses	324
4.	Próteses de grafeno como realidade: ciência e futuro a serviço do direito de mobilidade de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais	326
5.	Considerações finais	334
6.	Referências bibliográficas.....	335

PARTE III. EXTRAFISCALIDAD (EXTRAFISCALIDADE)

CAPÍTULO XV

A regulação tributária do grafeno e o desenvolvimento econômico nacional. Thaís Cíntia Cárnio; João Bosco Coelho Pasin e Filipe Jorf	339
1. Introdução: Nosso Foco, Nossa Meta	340
2. Dos Meios de intervenção estatal, das formas de atuação administrativa e das suas implicações para a adoção de uma política tributária eficaz ao incentivo da produção do grafeno e à sua utilização em componentes e produtos industrializados: panorama geral	344
3. Política tributária	349
4. Meios possíveis de exteriorização da extrafiscalidade	352
5. Conclusões	367
6. Referências bibliográficas.....	367

CAPÍTULO XVI

Incentivos fiscales a la investigación, desarrollo e innovación tecnológica del grafeno. Isabel Gil Rodríguez	369
--	-----

1.	Ayudas y medidas de estímulo a la investigación e innovación en la Unión Europea	369
2.	Incentivos fiscales a la I+D+i en España.....	373
2.1.	Concepto de investigación, desarrollo e innovación tecnológica	375
2.2.	Incentivos fiscales que operan sobre la base imponible del impuesto sobre sociedades español	379
2.2.1.	Libertad de amortización para elementos afectos y gastos de investigación y desarrollo	382
2.2.2.	Régimen de <i>Patent Box</i>	384
2.3.	Incentivos fiscales que operan sobre la cuota del impuesto sobre sociedades español: deducciones por actividades de I+D+i.....	394

CAPÍTULO XVII

Las implicancias administrativas y tributarias de la explotación, producción y comercialización de grafeno en la República Argentina. Luciano C. Rezzoagli y Julián E. Passearella.....

1.	Introducción.....	401
2.	Nanociencia y nanotecnología	402
3.	El grafeno	404
4.	La nanociencia, la nanotecnología y el grafeno en la República Argentina	406
5.	La geografía tributaria Argentina.....	408
6.	Desafíos y campos de acción para el derecho argentino	412
6.1.	Los riesgos en la explotación de los nanomateriales y la ausencia de regulación normativa	414
6.2.	Nanomateriales, grafeno y medio ambiente	415
6.3.	La gestión de los residuos	417
6.4.	La implementación de tributos ecológicos	419
6.5.	Investigación médica en cuerpos humanos vivos	420

7.	Lo que el Código Civil y Comercial nos invita a profundizar: La función Socioambiental	421
8.	Bibliografía	428

CAPÍTULO XVIII

A utilização do IOF visando impulsionar a pesquisa e o emprego do grafeno no Brasil. Thaís Cíntia Cárnio	431
Introdução.....	431
1. Raízes e evolução histórica do IOF	434
2. Extrafiscalidade e suas características.....	436
2.1. Extrafiscalidade e as externalidades	438
3. O IOF e o incentivo ao emprego do grafeno	439
3.1. IOF nas operações de crédito.....	440
3.1.1. Regra matriz	440
3.1.2. IOF Crédito e o Grafeno	441
3.2. IOF Câmbio	442
3.2.1. Regra Matriz	443
3.2.2. IOF Câmbio e o Grafeno.....	444
4. Conclusão	445
5. Referências bibliográficas.....	446